

---

---

## PREÂMBULO

---

No Relatório referente à prestação de contas anterior entrevia-se uma possível revolução no relacionamento entre os diferentes graus que compõem a Administração Pública, quer entre si, quer destes com os cidadãos e as diferentes entidades coletivas que compõem o país.

Estava então no auge, designadamente na comunicação social e muito incentivado pela intervenção governamental, em sucessivas intervenções dos seus membros, um conjunto de propostas de descentralização de competências da Administração Central para as Autarquias, cujos contornos eram ainda difusos, para não dizer confusos.

Um ano após, a primeira verificação óbvia é que este tema desapareceu da ordem do dia, pese embora pouco se ter avançado. A perspetiva do que chegou a ser considerado a “verdadeira” reforma da Administração Pública, depois de grandes paragonas, remeteu-se a um canto muito lateral e escuro e pouco se dá por ela. E percebe-se porquê: por um lado, ainda hoje muito está por clarificar; por outro os contornos desenhados para cada situação concreta estão longe de merecer o apoio da generalidade dos autarcas, mais parecendo que o objetivo desta iniciativa governamental foi mais isentar-se de várias responsabilidades e de alguns fardos bem pesados que o de melhor e mais eficientemente servir a população.

O ano de 2019 vai chamar por diversas vezes os eleitores ao exercício dos seus primeiros direitos – eleger e ser eleito – e, no final do terceiro trimestre, dar uma nova composição ao órgão legislativo por excelência – a Assembleia da República.

Os eleitores determinaram a nova composição deste órgão e as autarquias esperam que, a par de outras, a questão da descentralização seja um dos temas centrais do debate político que terá lugar. Mas não só: não menos importante será que as opções de política que cada um apresente nesta área sejam um fator decisivo no sentido de voto de cada eleitor.

As autarquias precisam de saber exatamente o que as espera porque a sua ação incide diretamente na vida dos respetivos munícipes e estes, enquanto eleitores, não podem ficar à margem de tão relevante questão.

As autarquias querem fazer mais e melhor, porque disso também depende a vida dos seus munícipes, mas têm de saber quais os objetivos, quais os recursos e quais os meios a utilizar. E também têm de ser parte nas soluções, de que resulta, entre outros aspetos, não ser entendível o uso de imposições, ainda que em prazo pré-definido, de garrotes que, se alguns conseguirem acomodar, para outros será um caminho seguro para o desastre.

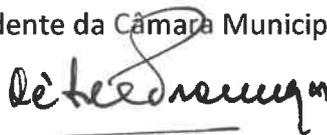
No Relatório precedente falamos em linhas vermelhas que agora se reafirmam com ainda mais convicção, porque é nosso entendimento que, no mínimo, muitas estão a ser pisadas.

Um Poder Local Democrático quer-se forte, nos meios e apoios, e com a autonomia constitucional.

O Estado, e os governos, não se podem excluir das suas funções sociais. 45 anos após o 25 de Abril vale a pena visitar a grande epopeia do povo português!

Alcácer do Sal, 26 de março de 2019

O Presidente da Câmara Municipal



Vítor Proença